

A INDÚSTRIA CULTURAL E INDÚSTRIA DA SAÚDE: UM OLHAR FRANKFURTIANO SOBRE A SAÚDE COLETIVA, NO ÂMBITO DA LÓGICA DO CONSUMO

Yuri Ximenes Ávila Siqueira Telles (Universidade Federal do Ceará – UFC – yuri.xt@gmail.com)

Raphael Marques de Miranda Costa (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Maria de Fátima Vieira Severiano (Universidade Federal do Ceará – UFC)

RESUMO

Este estudo possui o intuito de estabelecer uma crítica fundamentada, de caráter imanente (Rouanet), principalmente, nas concepções teóricas da Escola de Frankfurt em relação às práticas de medicalização patrocinadas pela Indústria Farmacêutica e seus possíveis efeitos nocivos para a construção de uma saúde coletiva. Busca compreender a atual relação de consumo com os fármacos, tendo por base conceitos como a Indústria Cultural, termo cunhado por Adorno e Horkheimer (1947) e a Sociedade de Consumo, elucidada por Baudrillard (1970). Expomos ainda, utilizando-se de outros autores contemporâneos (Lipovetsky, Costa, Severiano), as conseqüências da reificação humana cimentada por uma ideologia que converte (transmuta) os fármacos em “remédios-marca” (também chamados de “referência”), sob a égide da Sociedade do Espetáculo (Debord), exemplo visível para compreendermos uma sociedade enferma, vítima de comportamentos consumistas cada vez mais desmesurados. Essa forma de lidar com a saúde e o corpo evidencia aspectos da personalidade somática, categorizada por Costa (1985), onde os remédios estariam inseridos numa lógica em que, aqueles que não estão aptos – ou seja, não são belos, saudáveis, inócuos – são fracos de vontade, pois o acesso ao bem-estar trazido por essa aptidão estaria, supostamente, disponível a todos. Assim, vislumbramos as idéias de Bruckner (2002) sobre a Euforia Perpétua, no que ele chama de “o dever da felicidade”, estando os fármacos na posição de “evitadores” da infelicidade, depressão, dor e sofrimento, estes dois últimos aspectos diferenciados por Birman (2003). Ilustramos também, com pesquisas atuais na área, o quanto os remédios populares, conhecidos como “genéricos”, padecem de pouca aceitação no mercado frente aos já consolidados pelos grandes laboratórios farmacêuticos. Levantaremos questões adicionais relativas à biopolítica e também possíveis contribuições para a reflexão crítica concernente à saúde coletiva no entendimento dessas temáticas.

Palavras-chave: Medicalização; Indústria Farmacêutica; Indústria Cultural; Biopolítica; Saúde Coletiva.

O presente artigo visa analisar, sob uma ótica das teorias propostas pelos intelectuais da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), o modelo amplamente divulgado da medicalização em torno do processo saúde/doença. Levamos em consideração também os conceitos de Hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), Sociedade de Consumo (BAUDRILLARD, 1970), Sociedade do Espetáculo (DEBORD, 1997), e dos princípios teóricos de Birman (2003), Bachelard (1996) e Foucault (1979). Faremos também uma ponte com

artigos que tratam de saúde coletiva, no que tange ao modelo biomédico e ao uso de medicamentos genéricos.

A partir do uso da Crítica Imanente¹ (ROUANET, 1986), avaliaremos se o modelo biomédico tornou-se uma estrutura massificante dos seus clientes/pacientes, para o fim específico de sustentar o acúmulo de capital por parte dos laboratórios farmacêuticos. Seria, então, o uso exagerado de fármacos uma imposição da Indústria Farmacêutica? A classe médica trabalha a favor de seus pacientes ou da indústria que fabrica remédios? Há uma preocupação com a saúde do ser humano, ou com a do sistema capitalista?

Como ponto de partida, elucidamos o conceito de Indústria Cultural, o qual é apresentado, pela primeira vez, no livro “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno e Horkheimer (1985). Esse termo vem a substituir a expressão corrente “cultura de massa”, pois este pressupõe uma cultura que parte das massas, sem que seja imposta por uma classe hierarquicamente superior. As formas de produção, os meios de comunicação e até os aparatos de lazer são todos submetidos a um controle sutil, porém rigoroso, de uma classe ou grupo de classes dominantes com fins bem específicos: direcionar os interesses dos seus consumidores para aquilo que se oferece, de tal forma que esse direcionamento não seja percebido, havendo a impressão de que há uma liberdade de escolha. Tal artifício instila nos consumidores a percepção de que suas escolhas são únicas, pessoais, customizadas, quando na verdade há uma velada padronização nesta oferta das supostas “múltiplas escolhas”, na medida em que se inserem dentro de uma prévia gama de possibilidades. Trata-se do conceito de “personificação” discutido por Baudrillard (1970) em sua obra “Sociedade de Consumo”. Este autor nos fala de uma “produção industrial das diferenças”, sob a égide do consumo, na qual as diferenças reais que marcavam as pessoas como “seres contraditórios” desaparecem e, “em vez de caracterizarem a singularidade de um ser, assinalam antes a sua obediência a determinado código e a sua integração em escala móvel de valores”. (p.101)

Ainda segundo este autor, os objetos são regidos por lógicas distintas, de acordo com a relação que estabelecem com o sujeito consumidor, quais sejam: um “valor de uso” relacionado com a funcionalidade do objeto; um “valor de câmbio”, que equivale ao valor monetário dos produtos; um “valor simbólico”, baseado num sistema de símbolos representativos das relações interpessoais e/ou vínculos culturais e um “valor signo”, predominante nas sociedades contemporâneas, que representam um sistema distintivo de imagens de marca, relacionado com os valores ditados pela moda e pelo poder da mídia. Aqui são agregados aos produtos atributos psicossociais desejáveis, tais como: *status, poder, segurança, reconhecimento social, sensualidade, felicidade etc., provocando atitudes de identificação fascinada.*

É de fundamental importância, nesse momento, nos determos em algumas breves ponderações a respeito do conceito de marca. Segundo Severiano (2007), em pesquisa com alguns publicitários brasileiros e espanhóis, a marca é a alma do produto: agrega valores subjetivos, empresta personalidade e é componente fundamental das identidades contemporâneas. O valor de uso não mais seria o

¹ “A crítica imanente mergulha no objeto, procurando examinar seu conteúdo de verdade, à luz de sua interação com o todo. Sua tarefa não é a de traçar correlações “topológicas” entre teorias e interesses de classe, mas a de levar a sério essa teoria enquanto particular concreto, susceptível como tal, de funcionar como índice do universal. O particular, longe de ser dado como irrelevante, é a via através da qual a crítica, verrumando por dentro do seu objeto, consegue aceder ao todo.” (ROUANET, 1986, p. 104)

principal critério na escolha de um produto, que não diferia dos demais produtos similares, exceto pela marca.

Esse contexto de força imagética e fascinação, conjugadas com a racionalização técnica predominante na atualidade, nos remetem à chamada “sociedade hipermoderna”, expressão cunhada por Lipovetsky (2004). A Hipermodernidade traduz-se numa temporalidade do precário e do efêmero. Seria um tipo de cultura no qual convivem lado a lado a moderação e o excesso: esse paradoxo reflete-se, por exemplo, nas atitudes frente aos cuidados com o corpo, cujos desmesurados comedimentos, pautados pelos padrões estabelecidos pela indústria da beleza, acabam por se constituírem em excessos. Haveria uma tentativa midiática de disseminar a idéia de que todos têm acesso – e obrigação (BRUCKER, 2002) – à felicidade: basta “querer”. Haveria, assim, por parte dos sujeitos consumidores a necessidade de uma vigilância contínua e um controle rigoroso sobre o atingimento de suas metas, na medida em que toda a responsabilidade agora recai sobre o sujeito, sob o risco de ser considerado um “fraco de vontade” (COSTA, 1985, p. 195). Isso vem a promover um novo tipo de segregação: os disciplinados, que seguem a boa forma, e aqueles que permanecem à margem dos ideais de beleza, juventude e bem estar, como os “não-siliconados, não-operados, bulímicos, anoréxicos, obesos, drogadictos, fora de moda”, os assim chamados “estultos”, por Costa (1985). Ocorrem, desta forma, uma primazia do “aqui-agora”, com uma hiperindividualização dos sujeitos, uma mercantilização proliferativa, uma supervalorização da eficiência técnica e o desaparecimento de resistências política-coletivas. Têm-se uma “fuga para adiante, de modernização desenfreada”, em “uma modernidade elevada à potência superlativa: hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hipercontrole, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto” (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

Quando aos aspectos relativos à dominação e controle, cabe aqui citar o conceito de Técnica em Marcuse (1941/1999): “Conjunto de instrumentos que podem servir tanto ao controle quanto à libertação”. Inicialmente, o autor estabelecia uma diferença entre Técnica e Tecnologia, entendida como um modo de produção específico que utiliza a técnica como instrumento de controle. Posteriormente, notadamente nos anos 60, essa diferenciação não é mais realçada, ou mais propriamente, se fundem, passando toda a técnica a ser compreendida como já implicada em um contexto político e sócio-econômico. Neste sentido, a preocupação de Marcuse se volta para os impactos da tecnologia na sociedade industrial moderna, em especial ao problema da Ciência, cuja epistemologia predominantemente positivista, se apresenta isenta de valores, enfim, neutra.

Marcuse acusa a existência de um engodo nesse discurso porque tal forma de pensar, respaldada por uma racionalidade instrumental que privilegia os meios técnicos em detrimento dos fins, acabaria por isentar a Ciência e, conseqüentemente, a tecnologia de quaisquer responsabilidades ética ou política, transformando-a em uma nova ferramenta de dominação: a sociedade tecnológica, ao aceitar o universo dos fatos como verdade única, inibiria a capacidade humana de crítica e transcendência da mera realidade factual existente, produzindo indivíduos conformistas e acríticos.

A partir desses referenciais, exporemos algumas reflexões.

No âmbito do dito paradoxo “moderação x excessos”, podemos ressaltar a prescrição e o uso de remédios de maneira exacerbada como um fator de extrema

relevância na cultura ocidental: a disseminação de idéias como a não-necessidade do sofrimento, a cura rápida promovida pela medicalização e a aparente infalibilidade do poder médico fazem com que os fármacos tenham a capacidade de moderar a vida de milhares de pessoas. Entretanto, tal moderação pode levar aos excessos: uso indiscriminado de remédios, auto-medicação, prescrição indevida, entre outros problemas. É interessante constatar a presença também do “remédio-marca” que traz consigo um projeto, sendo este elaborado pela Indústria Farmacêutica. A esses remédios de referência, frutos de “einentes” pesquisas científicas e recheados de promessas divinas, podemos atrelar um discurso propagandístico eivado por uma suposta neutralidade, cuja preocupação primordial seria apenas a saúde de seus usuários. Mas tal fato é verídico?

Ora, nossa hipótese é que cairíamos num engodo se apostássemos nisso: os remédios em si, tal como a técnica, são neutros, mas sua relação com o poder e a ideologia da Indústria farmacêutica não, ou melhor, ninguém nega que os fármacos podem exercer suas funções, porém os artifícios mercadológicos e técnicos que os gerenciam dão a eles um sabor outro. Com efeito, toda a operação projetada pela técnica já está inserida em um contexto político e social específico. Isso também não escapa à lógica da produção e consumo protagonizada pela Indústria Farmacêutica, pois os seus procedimentos técnicos e suas estratégias midiáticas podem conferir aos produtos um *status* e uma finalidade outra aparentemente inexistente. O referido remédio-marca, então, é uma pequena peça de um sistema com propósitos que se estendem aos enunciados pela publicidade, muitas vezes protagonizados seja por “celebridades” a serem copiadas, seja por “doutores” que conferem ao produto uma legitimidade inquestionável.

Mesmo antes do início da era “Hipermoderna”, podemos evidenciar, por exemplo, no século XVIII, o valor atribuído ao saber prescritivo da medicina. Como informa Bachelard (1996):

O médico que ordena ao doente uma preparação de esmeralda já tem a garantia de que o doente conhece um *valor*, o valor comercial do produto. Sua autoridade de médico só precisa reforçar um valor existente. Nunca é demais lembrar a importância psicológica do acordo entre a mentalidade do doente e do médico, acordo fácil na era pré-científica. Esse acordo dá um destaque especial e, por conseguinte, um valor maior a certas práticas médicas. (p.168)

O médico é ainda um representante do poder, que legitima as práticas disseminadas pela Indústria farmacêutica. Como está em suas mãos o poder prescritivo e curativo dos seus pacientes, muitos são sondados por representantes comerciais de diversos laboratórios, que fazem visitas periódicas para apresentar as “novidades” para os mais diversos tratamentos, aumentando seu leque de possibilidades “terapêuticas”.

Achamos importante fazer uma correlação entre as perspectivas de Bachelard e da Teoria Crítica acerca da Ciência antes de entrarmos em discussões mais específicas concernentes ao tema do artigo. Há um interesse em Bachelard (1996) eminentemente epistemológico, preocupado em compreender os obstáculos à formação do espírito científico, enfatizando como os valores subjetivos poderiam burlar a construção de uma cultura científica. Assim, ele defende a constituição de uma “fenômenotécnica”, ou seja, uma proposta de analisar as variáveis dos

fenômenos de forma objetiva, fomentando uma pesquisa igualmente objetiva, através de abstrações cada vez mais encorpadas.

Já para a Escola de Frankfurt, há uma preocupação com os fins que são dados para o que advém dos avanços da ciência, denunciando o que chamaram de Razão Instrumental: este termo representa a tentativa de Horkheimer investigar os mecanismos encontrados na história da razão, relativos “à autodestruição da razão e ao fim do indivíduo” (REPA, 2008, p. 19). A Razão Instrumental, segundo este autor, é essencialmente formal, privilegiando a “relação entre meios e fins, quaisquer que sejam estes” (REPA, 2008, p. 19), sem considerar necessariamente os conteúdos das idéias ou suas elaborações.

Nesta perspectiva, a razão privilegiaria apenas os meios (métodos) para chegar a um certo fim, independente das conseqüências éticas ou políticas desse processo. A ciência (fenômenotécnica), inserida num contexto político-social, galgada pela razão instrumental, finda por criar mecanismos de dominação que não impedem o acesso às informações, mas sim a ascensão de um espírito crítico da realidade vigente. É através da crítica imanente que os teóricos da Escola de Frankfurt propõem um exame do conteúdo de verdade, partindo de uma particularidade, à luz de sua interação com o todo.

Entendemos, pois, que apesar do espírito humano ter, historicamente, superado as crenças subjetivistas pré-modernas, assim como os mitos e dogmas em prol da construção de uma fenômenotécnica atrelada a valores objetivos, a atual massificação das consciências direcionou, sob a lógica da razão instrumental, a construção de uma ciência que coíbe a criação de um espírito crítico: superamos os “obstáculos” subjetivos, para sermos barrados por uma racionalidade técnica dominadora, que cria uma verdadeira “mitologia da ciência”, a qual tem respostas para tudo, tal qual o mito ancestral que a modernidade tanto combateu. Segundo Adorno e Horkheimer (1985),

A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente, na alma devia atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado. Muito embora o planejamento do mecanismo pelos organizadores dos dados, isto é, pela indústria cultural, seja imposto a esta pelo peso da sociedade que permanece irracional, apesar de toda racionalização, essa tendência fatal é transformada em sua passagem pelas agências do capital do modo a aparecer como o sábio desígnio dessas agências. (p.117)

Nisso, podemos contextualizar essa racionalização para o âmbito da medicalização: apenas os meios importam – seja na produção, divulgação, prescrição e uso – estando os fins negligenciados ou pouco refletidos.

Recentemente, numa reportagem da Revista VEJA (05/11/08), mostrou-se o quanto essa lógica é perigosa: diversos remédios foram tirados de circulação, pois estavam tendo efeitos colaterais danosos à população. Deu-se extrema importância à eliminação dos sintomas (meios), sem que tenha havido pesquisas mais cuidadosas – o que implica maior investimento de pessoas e capital – para saber dos efeitos (fins) que poderiam ocorrer em decorrência do seu uso. A referida reportagem também comenta a relação “incestuosa” entre órgãos políticos de fiscalização de drogas – por

exemplo, o FDA (*Food and Drug Administration*) nos Estados Unidos e a Indústria farmacêutica - que deveriam ser rigorosamente inspecionados e cobrados, tanto por instituições desse porte, quanto pela sociedade, a fim assegurar medidas de controle de qualidade e eficácia na cura efetiva de doenças, ao invés da subserviência à soberba do capital.

Há no Brasil uma política de produção de medicamentos genéricos, que visa a atender as classes populares na venda dos princípios ativos dos medicamentos demandados, além de fomentar a concorrência com os ditos medicamentos de referência; contudo, de acordo com artigos recentes (DIAS, 2006; VIEIRA, 2006; CARVALHO, 2006), não houve um aumento significativo no acesso da população a esses medicamentos. Isto porque ainda há uma representação social atrelada à desconfiança em relação à qualidade desses produtos, além dessa procura pelos genéricos não ter afetado o preço da maioria dos remédios de referência disponíveis no mercado. Podemos inferir disto que o valor do “remédio-marca” ainda tem sua prevalência na sociedade, mesmo que com um custo superior. Prevalece aí, portanto, a lógica do “valor signo”, ditada pela importância da marca, em detrimento do “valor de uso” do medicamento.

A indústria farmacêutica usufruiria, pois, do “remédio-marca” para manter sua estrutura mercadológica e retornar o que foi investido em pesquisas, pois, ainda segundo a matéria da Revista VEJA, mais de 50 bilhões de dólares são investidos, por ano, nos Estados Unidos, somente em pesquisas para fármacos. Pensamos que os remédios de referência tornaram-se um produto como qualquer outro do mercado – roupas, carros – havendo assim a “aparente variedade de escolha” que faz parte da sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1970). Consideramos, neste contexto, que o remédio-marca, portanto, fala por si só; a adesão e fascinação se instalam não havendo espaço para uma reflexão crítica sobre o que ele realmente representa e pode causar nos indivíduos. A mera eliminação imediata, “aqui e agora” dos sintomas, é condizente com o que Costa (2003) denominou de a “era das sensações”², algo mais próximo da realidade sensível, típica dos tempos hipermodernos. Em detrimento do valor de uso dos medicamentos, soa mais imponente outro valor: o seu valor de marca, o que lembra a “preparação de esmeralda” (esta “preparação”, porém, remete a um valor associado a crenças sociais supersticiosas oriundas de uma sabedoria tradicional) citada por Bachelard (1996) e, por isso, vinculada a um valor simbólico.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito atual de saúde “é o estado de mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade” (1947), em contraposição à noção dicotômica de saúde como ausência de enfermidade. Está também previsto na Constituição Brasileira, de 1988, a saúde como “direito de todos e dever do Estado”. Cabe questionar aqui se a saúde que é promovida pelas políticas públicas corresponde ao ideal proposto pela OMS, e se o Estado está cumprindo seu papel, previsto em lei.

Levando em consideração os ideais de saúde disseminados pelos canais midiáticos, encontra-se uma grande preocupação com o corpo. Ressaltamos que tal tema é relevante para a compreensão do que se designa com o termo “saúde”, o que reflete de certo modo as práticas coletivas contemporâneas relacionadas diretamente com a lógica incorporada pela a Indústria Farmacêutica. Isto diz respeito à

² Uma cultura que faz referência à “educação dos sentidos”, trabalhada por Peter Gay. Teria como grandes vilões a mídia e a ciência, que tolhem a percepção do Eu no mundo e ditam regras sobre o “bom” e o “mau” na sociedade contemporânea.

importância de compreender-se como é significado e disseminado o que se entende em nossa sociedade ocidental por saúde.

Podemos considerar, com Birman (2003) que a busca desmesurada de um corpo perfeito, ou seja, jovem, atlético e saudável, é uma das maiores fontes de mal-estar na atualidade. Este autor fala a respeito do mal-estar evidenciado no corpo e na ação do sujeito, colocando a medicalização no mesmo patamar do receituário terapêutico que é disseminado: exercícios, academias, massagens, *Spas*, dietas e suplementos: “Assim, das cirurgias plásticas aos infinitos exames regulares preventivos, tudo é possível. [...] A produção de saúde se instituiu como norma fundamental para existência do cidadão pós-moderno” (BIRMAN, 2003, p.2). O “imperativo da saúde”, tanto quanto o “imperativo da felicidade” (não se tem mais o direito à infelicidade) é disseminado fartamente pela mídia – jornais, revistas, televisão, rádio, Internet – como algo provido pelos avanços da ciência na busca do bem-estar e extirpação do mal-estar. O não seguimento dessa “ditadura”, que supostamente estaria ao acesso de todos, seria visto como inapetência pessoal de adequação à práticas disciplinares de moderação – e seus excessos.

Como ameaças ao fracasso na busca deste corpo ideal, temos a depressão e a morte, para citar apenas duas:

A depressão, como forma de expressão do mal-estar corporal, evidencia a sensação de perda da vitalidade e a pregnância do sentimento de vazio. [...] Das batidas disparadas do coração à respiração ofegante, passando sempre pelos suores frios, é o corpo enquanto tal que é ameaçado pelo fantasma da morte. É a corporeidade, enfim, que está também aqui em questão. (Birman, 2003, p.3)

O corpo perfeito como ideal a ser atingido chega ao extremo de sua propagação ao tornar-se única imagem mediadora nas relações entre o sujeito e o mundo. Guy Debord, em seu clássico texto “A sociedade do espetáculo” (1997), fala dessa transformação da imagem em mediadora privilegiada das relações humanas. As imagens da publicidade transmitem uma “verdade incontestável” de fácil apreensão, fazendo com que a produção crítica seja suplantada por respostas “visuais” sedutoras acerca dos problemas mais banais. As implicações ou as conseqüências dos atos humanos daí derivados são relegadas, frisando-se apenas a superficialidade do que se mostra (imagem), desabilitando por si qualquer possibilidade de dúvida ou contestação de sua finalidade enquanto solução: ela própria é a solução. A espetacularização da sociedade se caracteriza, pois, como um momento em que a mercadoria ocupa toda a vida social.

É neste horizonte de sentido que o remédio-marca também pode se configurar como um exemplo de imagem totalizante, agregando em seu entorno respostas para os segredos mais recônditos da vida, soluções para o alívio de todas as dores. Os próprios remédios na propaganda e em suas promessas são imagens que fariam por si, muitas vezes através da exuberante saúde apresentada por seus modelos, o que impede a reflexão sobre seus fins mercantis. Pode-se até falar que essa imagem do remédio detém um poder sedutor hiperbólico e que tal vigor seria, por vezes, reforçado pelo papel do médico, outro elemento nesse sistema, já referido, cuja representação é valorada incomensuravelmente, digamos, pelo “inconsciente da sociedade”. O paciente estabelecerá, pois, um contrato imperceptível com o médico

“midiático”: "Eu acredito que serei curado, pois se o médico recomenda e já ouvi falar muito bem desse ‘produto’, então deve ser bom".

Nesse momento, é de extrema relevância, lembrarmos Foucault no que concerne ao conceito de biopolítica:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário: que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (Foucault, 1979, p.22).

Urge, pois, um debate extenso sobre a biopolítica e a forma como as relações de poder se inscrevem na Medicina, no Estado e na Indústria Farmacêutica, influenciando nas políticas de acesso e promoção da saúde coletiva.

Retomemos aqui nossa principal preocupação: Questionamos se o Estado realmente está cumprindo seu papel de promoção da saúde, ou se estaria subsidiando a indústria farmacêutica, com fins político-econômicos?

Também baseados em recentes artigos (BARROS, 2002; MARTINS, 2004; IGNACIO, 2007), podemos afirmar que, no que tange à legitimação do consumo de fármacos como tecnologia no discurso da medicalização, há estreita relação com o corpo e os modos de subjetivação contemporâneos, havendo aí “uma apresentação do biopoder que se sustenta no tripé ‘dependência, assistencialismo, individualismo’” (IGNACIO, 2007). Seria de interesse da indústria farmacêutica (e de alguns médicos), portanto, a manutenção desse “tripé” para manter as estruturas de um modelo que beneficia apenas o capital. De algum modo, então, achamos plausível afirmar que a saúde do capital prevalece sobre a saúde humana: o consumo é eleito como fator mais precioso (ocupa toda a vida social) que a própria saúde dos homens.

Quanto ao papel da medicina, Martins (2004) faz algumas reflexões com base em Foucault:

A Medicina se tornaria assim uma moral, tendo como critério e supremo Bem a saúde. Ou melhor, um ideal de saúde. Mas que fronteira pode haver entre tal ideal de saúde, alienante e submisso ao poder médico, e algo da ordem da saúde, não ideal, mas efetiva, vinculado à potência singular da pessoa? (p. 22)

Tais indagações corroboram nosso pensamento acerca do papel massificante promovido pela Razão Instrumental, na lógica de produção capitalista, considerando também o papel homogeneizador e alienante da Indústria Cultural. Faz-se necessário, pois, uma avaliação constante das proposições da ciência médica, que não devem ser tomadas como verdade absoluta, tampouco como dogma, visto que tal posicionamento contrariaria as próprias bases e propósitos que deram origem ao saber científico.

É possível já evidenciar, de acordo com Barros (2002), que as limitações do modelo biomédico de atenção à saúde geram descontentamento em algumas pessoas, levando-as a procurar outras vias, numa evidente contestação da atitude totalizante

com a qual se impõe o poderio médico e seus dispositivos de atuação, entre eles a medicalização:

As críticas à prática médica habitual e o incremento na busca de estratégias terapêuticas estimulada pelos anseios de encontrar outras formas de lidar com a saúde e a doença (no seu conjunto designadas como *medicinas alternativas* ou *complementares*) constituem uma evidência dos reais limites da tecnologia médica.

Caberia, portanto, aos diversos profissionais envolvidos diretamente nas políticas de assistência, promoção e prevenção da saúde um papel também educativo, conscientizador e pedagógico. Tais ações deveriam ir além das questões básicas - como aprender a dosagem dos remédios -, se estendendo também para o fornecimento de informações e esclarecimentos sobre as possibilidades de atendimento, a importância do acompanhamento aliado à medicação e o poder de refletir sobre as recomendações médicas, ao invés de aceitá-las passivamente.

É relevante, neste contexto, a afirmação e ampla divulgação dos medicamentos genéricos como de grande valor e eficácia, para todas as classes sociais, podendo vir a representar, assim, um concorrente à altura dos (ainda) caríssimos remédios de referência, o que provavelmente reduziria seu exacerbado valor de marca. Além de tal atitude facilitar o acesso a um maior número de sujeitos, também funcionaria como incentivo para a pesquisa de medicamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais. Essa promoção de conhecimento também poderia implicar em se repensar o paradigma da medicalização no mundo contemporâneo, hipermoderno, cuja lógica capitalista reifica as imagens, tornando sempre “pacientes” os seus cidadãos.

Por fim, considerando que o conceito de saúde “é o estado de mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade”, propomos que para além do bem-estar físico, a autonomia crítica – saúde para a mente – deve ser fomentada, para que não se transforme a saúde em mera mercadoria da Indústria Cultural, acessível apenas a poucos privilegiados – saúde social. Consideramos, pois, que este é um desafio relevante na execução de uma saúde coletiva realmente condizente com os princípios humanitários de uma razão sensível, capaz de fazer frente às limitações de uma racionalidade instrumental, calculista e reducionista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARROS, J. A. C. **Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?** Saúde soc., São Paulo, v. 11, n. 1, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2008
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- BIRMAN, J. **Dor e Sofrimento num Mundo sem Mediação**. IN: Revista Cultura. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003, v. 95, p. 25-29.
- BRUCKER, P. **A euforia perpétua**. Rio de Janeiro: Difel, 2002

- BUCHALLA, A. P.; LOPES, A. D. **Remédios: sustos difíceis de engolir**. Revista VEJA, Ed. 2085. Editora Abril: 5 nov. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/051108/p_088.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2008.
- CARVALHO, M. C. R. D. de; ACCIOLY JUNIOR, H.; RAFFIN, F. N. **Representações sociais do medicamento genérico por usuários**. Rev. Bras. Ciênc. Farm., São Paulo, v. 42, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-93322006000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2008.
- COSTA, J. F. **Corpo, Narcisismo e a Cultura das Sensações**. Entrevista concedida ao Psicólogo Sergio Gomes da Silva, editor do site do autor, 2003. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/entrevistas/com_o_autor/corpo_narcisismo.html#_ftn1>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- _____. **O vestígio e a aura – corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, C. R. C.; ROMANO-LIEBER, N. S. **Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000800014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IGNACIO, V. T. G.; NARDI, H. C. **A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul**. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 3, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MARCUSE, H. **Algumas implicações sociais da tecnologia moderna**. IN: Tecnologia, Guerra e Fascismo. São. Paulo: UNESP, 1999, p. 73-104.
- MARTINS, A. **Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde**. Interface (Botucatu), Botucatu, v.8, n.14, fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- REPA, L. S. **A crise da Teoria Crítica**. IN: Mente, Cérebro & Filosofia. Volume 7. São Paulo: Duetto, 2008.
- ROUANET, S. P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- SEVERIANO, M. F. V. **Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.
- VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. **Diferenças de preços entre medicamentos genéricos e de referência no Brasil**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 40, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2008.